



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Federal Zé Silva - Solidariedade/MG

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- CAPADR**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2017.**  
**(Do Sr. Zé Silva)**

*Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir o aumento de aplicação de multas ambientais para produtores rurais do Triângulo Mineiro.*

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, a realização de audiência pública, nesta Comissão para discutir o aumento de aplicação de multas ambientais para produtores rurais do Triângulo Mineiro.

Requeiro que sejam convidados para participarem de Sessão de Audiência Pública, desta Comissão:

- ✓ O Ministro de Meio Ambiente, Sarney Filho;
- ✓ O Secretário de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais, Jairo José Isaac;
- ✓ O Presidente do Sindicato Rural de Campina Verde, Cláudio de Almeida Queiroz;
- ✓ O presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Carneirinho-MG, Luiz Otávio Vilela Soares;
- ✓ O Secretário Municipal de Agricultura, pecuária e Abastecimento de Ituiutaba-Mg, Regys Braga Vieira;
- ✓ O Comandante da PM, Coronel da PM - Idzel Mafra Fagundes, diretor de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar de Minas Gerais;
- ✓ Fradique Gurita da Silva, presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba;
- ✓ Presidente da Emater-MG, Glênio Martins.

Sala da Comissão, de agosto de 2017.

Zé Silva  
Deputado Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Federal Zé Silva - Solidariedade/MG

# **JUSTIFICAÇÃO**

Nos últimos dias tenho recebido diversos pedidos de intervenção junto ao Governo do Estado de Minas Gerais, em especial, com os órgãos de fiscalização ambiental, a fim de encontrar solução para o problema enfrentado pelos produtores rurais do triângulo mineiro, que, segundo relatos, vêm recebendo uma quantidade excessiva de multas, que variam de 100 a 100 mil reais.

A principal queixa dos produtores, Sindicatos Rurais e Secretarias Municipais de Agricultura, tem sido a atuação dos policiais ambientais, que estão multando de imediato, sem que seja oferecido prazo para os produtores se adequarem, quando uma advertência, uma atuação pedagógica surtiria mais efeito e os produtores rurais, representantes do setor que mais produz no país, não estariam se sentindo prejudicados, quando a principal causa das irregularidades apontadas está na dificuldade dos órgãos ambientais em avançar na análise dos processos.

De acordo com a Superintendência Regional do Meio Ambiente- SUPRAM - órgão que tem 67 municípios sob a sua jurisdição, na região do triângulo mineiro- 6,8 mil pedidos de outorgas de uso de água aguardam análise e 630 processos de licenciamento ambiental estão acumulados.

O debate por meio desta Comissão, com a participação de entidades ligadas ao meio rural, instituições ligadas à agricultura familiar, órgãos de fiscalização, além de representantes do próprio governo do estado, é de fundamental importância, pois possibilita a definição de uma nova política de atuação dos agentes ambientais, e uma oportunidade de promoção da democracia, através do diálogo, visando à valorização, o respeito e a paz no meio rural. Isto posto, peço aos nobres colegas que aprovem o requerimento.

Sala da Comissão, 10 de agosto de 2017.

(Dep. Zé Silva/SD-MG)